

Ano 13, Vol XXV, Núm 1, Jan-Jun, 2020, pág. 70-77.

CURRÍCULO DE TRANSIÇÃO: UMA SAÍDA PARA A EDUCAÇÃO PÓS- PANDEMIA

Francisco Thiago Silva

RESUMO: o mundo não será o mesmo após o período da pandemia causada pelo lastro de contaminação acelerado do vírus COVID – 19. É nesse cenário, em meio às diferentes realidades brasileiras, que nosso texto se insere. Temos como objetivo central apontar para a possibilidade de materialização do que denominamos “currículo de transição”. Campo de investigação político e disputado, as prescrições e materialização curriculares precisarão ser redesenhadas com vistas a atender ao que, supostamente, foi perdido durante a suspensão das atividades regulares nas redes públicas e privadas de ensino, desde meados de março de 2020. O artigo está estruturado em três pontos centrais: inicialmente contextualizamos o cenário de 2020 e os impactos estruturais que a pandemia causou. Em seguida discutimos sobre Os perigos que rondam o ato de “estudar em casa” e, por fim apresentamos as características do “currículo de transição”. Defendemos que cada rede de ensino encontre mecanismos próprios, de acordo com a sua realidade, mas apontamos algumas saídas teóricas, que esperamos reverberem em ações práticas que consigam trazer uma escolarização mais humana e emancipatória, que minimamente cause menos sofrimento nos sujeitos implicados com a prática pedagógica.

Palavras-Chave: Currículo de transição, educação, pós-pandemia.

ABSTARCT: the world will not be the same after the pandemic period caused by the ballast of accelerated contamination of the COVID virus – 19. It is in this scenario, in the midst of the different Brazilian realities, that our text is inserted. Our central objective is to point to the possibility of materialization of what we call the "transition curriculum". A field of political and disputed research, curricular prescriptions and materialization will need to be redesigned to meet what was supposedly lost during the suspension of regular activities in public and private education networks since mid-March 2020. The article is structured in three central points: initially we contextualized the scenario of 2020 and the structural impacts that the pandemic caused. Next we discuss the dangers surrounding the act of "studying at home" and finally present the characteristics of the "transition curriculum". We advocate that each teaching network find its own mechanisms, according to its reality, but we point out some theoretical outputs, which we hope to revert into practical actions that can bring a more human and emancipatory schooling, which minimally causes less suffering in the subjects involved with pedagogical practice.

Keywords: Transition curriculum, education, post-pandemic.

O CENÁRIO DE 2020 E OS SEUS IMPACTOS ESTRUTURAIS

Uma avalanche de decisões compulsórias, com total descrédito a cientistas e a instituições de pesquisa e de ensino no Brasil, desde o início do pleito presidencial de 2018, com a atual conjuntura política no governo federal têm nos levado a sair de uma suposta “zona de conforto” e a buscar reafirmar as nossas convicções, não só acadêmicas, mas sociais: exercer a cidadania em uma república democrática de representatividade ainda frágil e juvenil, mas ainda o melhor regime de governo que a humanidade já viu.

A hercúlea batalha contra a pandemia da COVID-19 mudou a estrutura política, social, econômica, científica, religiosa, educacional e cultural do mundo inteiro. Embora seja a maior onda contaminatória do século XXI, o Estado brasileiro infelizmente tem padecido como sendo o atual (25.05.20) epicentro¹ da pandemia na América, ao lado dos Estados Unidos, sob a bandeira do negacionismo de boa parte dos representantes do governo federal.

A maioria dos estados e dos municípios tem usado os estudos da Organização Mundial da Saúde – OMS e de outras instituições científicas para tomar as melhores decisões na luta contra o coronavírus, como: medidas restritivas, desde o fechamento das atividades comerciais; o estímulo ao isolamento social, e, em alguns casos, onde o Sistema Único de Saúde – SUS entrou em colapso, a determinação do “lockdown” – bloqueio total de ruas e avenidas em grandes centros urbanos.

Por uma opção teórica e metodológica não vamos discutir nesse espaço, os inúmeros e constantes embates ideológicos entre os entusiastas da posição negacionista que, em sua maioria, são também simpatizantes do neoliberalismo econômico, do neoconservadorismo e até de ideias neofascistas que pairam sobre Brasília, centro das decisões políticas do país. Mas queremos deixar destacado que a História – enquanto ciência do registro e da reflexão dos processos de continuidade e de ruptura da humanidade – já apontou as perversidades contra a humanidade, onde regimes políticos dessa natureza se instauraram.

Silva (2019) nos alertava sobre como o “ufanismo e a intromissão burocrática” seriam as grandes marcas desses gestores governamentais que ocupam os principais

¹ Nosso país, segundo dados do Ministério da Saúde, tem, no momento da escrita desse texto, 363.211 casos confirmados e 22.666 óbitos confirmados. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 25.05.20.

cargos federais, condição estendida a alguns estados e municípios, “[...] esses agentes políticos fazerem uso cativo de seus cargos e posicionamentos para minar as possibilidades de questionamentos e sugestões de intelectuais, profissionais e da sociedade imbricados com o processo educacional” (p. 185).

Os ideólogos das “*classes dominantes*” (Marx, 1986) não suportam a História, por isso, a eles só cabe uma missão: decretar o fim da mesma. Por isso, esperamos que textos como o nosso, se unam a tantos outros pelo mundo, e consigam ventilar a mente e a consciência das pessoas, para levá-las, ao menos a questionar supostas verdades que lhes são apresentadas.

Quando se trata das consequências que o vírus causou na educação, podemos constatar que o sofrimento decorrente da ausência de estrutura tecnológica de docentes e estudantes povoaram a agenda das famílias, nos referimos àquelas que têm o mínimo necessário para que ocorra, o que denominamos “atividades complementares”, como um acesso razoável a banda larga e ferramentas como um celular, notebook ou *tablet*.

Dito isso, não se pode ignorar que a grande parcela da população que frequenta a educação básica regular no país não dispõe de mecanismos que assegurem o mínimo de qualidade nos momentos em que as redes, sobretudo públicas, de ensino buscam dar um tom, de normalidade e garantia do “repasso” de conteúdos a esses estudantes.

Nosso objetivo é apontar um caminho para os possíveis cenários no mundo pós-pandemia. Escolhemos enumerar e abrir pontos de diálogo - tomando o campo do currículo, enquanto espaço político, teórico-pedagógico onde ocorre a seleção dos conhecimentos considerados válidos – que possam orientar a prática escolarizada nas diferentes instituições de ensino pelo país.

OS PERIGOS QUE RONDAM O ATO DE “ESTUDAR EM CASA”

Não queremos que a discussão sobre “estudar em casa”, por meio de atividades remotas, seja qualificada como mera manifestação de uma modalidade da educação, tão importante e com especificidades próprias, que é a Educação à Distância – EAD. Tampouco devemos acirrar os debates em torno do ensino presencial *versus* ensino à distância.

A pandemia mudará muitas formas de estruturar a organização do trabalho pedagógico, seja pela as ações empreendidas durante ela, sejam nos resultados dessas atividades, consideradas pedagógicas desenvolvidas no lar.

O que estamos ponderando é que existe um risco de precarização sobre o trabalho docente, caso não façamos as devidas críticas ao processo de sofrimento, pelos quais muitos e muitas de nós, profissionais do ensino, têm passado, durante a pandemia. A gravidade da “*intensificação do trabalho*” (DAL ROSSO, 2008) na esfera privada, é inegavelmente maior, a cada instante presenciamos a angústia e a exaustão de professoras/es que precisam garantir empregabilidade, dar conta das tarefas domésticas em um cenário, muitas vezes apocalíptico, e ainda: alimentar plataformas digitais, blogs, *sites*, grupos de aplicativos, canais de vídeos, elaborar tarefas e vídeo aulas, atender à chefia imediata, as famílias – igualmente angustiadas e acometidas pelas incertezas que o isolamento social traz – e ainda correm o risco de, quando o retorno ao que se tem chamado de “novo normal” ocorrer, terem que retomar todas essas atividades laborais e ainda garantir que o currículo seja plenamente trabalhado.

Tentar forçar uma situação “*quase normal*” ainda que sob o discurso de complementação de estudos em casa, pode gerar argumentos perfeitamente cabíveis para um novo desenho educacional muito mais desigual do que esse que temos: a obsolescência do papel docente e da escola enquanto instituição material e física para emancipação humana.

Passaremos a última parte desse pequeno artigo, apresentando algumas possíveis saídas para a materialização do que denominamos “*currículo de transição*”, que já começa a ser pensando nesse instante, como uma das principais estratégias pedagógicas para certificar a existência do ano/semestres letivo/s de 2020/2021.

O QUE CHAMAMOS DE “CURRÍCULO DE TRANSIÇÃO”

Embora o termo transição, signifique passagem/movimento, no campo curricular, ele ganha mais contornos e significados. A literatura acadêmica apresenta poucas referências ao conceito.

Na obra “Dificuldades de Aprendizagem de A a Z: Guia Completo para Educadores e Pais” (Smith, 2007) encontramos a descrição de um *Plano de Transição Individualizado* – PTI que mais se assemelha a um plano de cursos curricular específico para estudantes com dificuldades de aprendizagem unindo ações, para além das aulas

regulares, com o intuito de garantir o pleno desenvolvimento dos sujeitos, em conformidade com o currículo coletivo vigente.

Essa descrição é materialmente possível em praticamente todas as instituições de ensino formal que existem, onde processos de ensino e de aprendizagem estejam acontecendo. Ocorre, que, a nossa ideia teórica é um pouco mais ampla, e desejamos que ela salte a letra impressa, e reverbere-se em elaborações autorias, de cada rede ou instituição de ensino preocupadas em atender ao seu público no cenário que virá após o surto que atualmente vivemos.

Tomamos a explicação (destinada a esclarecer dúvidas curriculares dos estudantes) capturada do *site*² do Departamento de Direito da PUC – Rio, para depois explicitar as nossas considerações. Vejamos o que a universidade chama de “currículo de transição”:

O currículo de transição atende aos alunos dos currículos anteriores a 2008 que tenham deixado pendentes muitas disciplinas que já não estejam mais sendo oferecidas. A vantagem desse currículo é que ele cria grupos reunindo disciplinas dos dois currículos (ex.: grupo de disciplinas de direito civil, incluindo todas as disciplinas de civil), dentre as quais o aluno deve cursar certo número de créditos. Os pré-requisitos de cada uma dessas disciplinas continuam valendo e, por isso, ao final, o aluno acaba completando todo o conteúdo programático daquele grupo, mas misturando disciplinas do currículo novo e antigo (s/p).

Observem que a instituição deixa claro que tal currículo, nada mais é, do que a junção e o aproveitamento de disciplinas entre as atividades curriculares ministradas anteriormente ao período citado, sem que haja prejuízo para estudantes que se encontrem no meio do que parece ser a implantação de um novo documento curricular.

A situação descrita anteriormente, também não é uma exclusividade da PUC-Rio, ao contrário, desde que existem instituições de ensino superior no país, quando ocorre mudança de currículo, cada departamento, faculdade ou unidade de ensino, elabora planos e estratégias para que a transição do currículo “antigo” para o “novo” ocorra da forma menos traumática possível.

Pois bem, o nosso cenário se assemelha um pouco com as duas situações exemplificadas anteriormente, embora num ambiente que pode ser muito mais estressante, que é a retomada das atividades presenciais, buscando garantir todas as medidas sanitárias de segurança individual e coletiva, que devem evitar uma segunda onda, de contaminação, por exemplo.

² Disponível em: <https://www.jur.puc-rio.br/perguntas-frequentes-2/>. Acesso em: 25.05.2020

Devemos evitar discursos fatalistas e carregados de pessimismos, que ocorram em um desânimo maior ainda, quando retomarmos as nossas atividades pedagógicas. É na esteira da esperança e da coletividade que apresentamos a seguir – longe de qualquer tentativa de uniformizar as rotinas das instituições escolares – as características do “currículo de transição”, que nos é desafiado a ser elaborado, debatido e implementado, respeitando-se todas as particularidades e singularidades de cada escola, faculdade, centro, instituto e universidade desse país.

Lembramos da importância, como nos indica Sacristán (2000), do papel central dos professores/as como debatedores e materializadores dos projetos curriculares, e no momento em que sugerimos essa tipificação de currículo, que dá título ao texto, reiteramos que, sem a participação efetiva desses profissionais, o risco do projeto fracassar é muito grande, portanto, somente com garantias democráticas das vozes dos docentes e de outros profissionais do ensino, poderemos vislumbrar a chance de concretizar o “currículo de transição”.

Reforçamos que o currículo é um campo de disputas políticas, uma arena ideológica, e isso é saudável, contudo, no presente momento, as forças dos sujeitos implicados/as com a feitura desse documento, que deve virar ação pedagógica, devem estar concentradas na garantia de conhecimentos objetivos, científicos, devidamente escolarizados e adaptados ao mundo que nos espera:

- a. Precisaremos de um esforço coletivo e solidário para adaptar a OTP (currículo, didática e avaliação).
- b. Devemos repensar horários e carga horária, além das metodologias de trabalho que sejam mais dinâmicas, flexíveis e seguras.
- c. Implantar formas de avaliar mais humanas e eficientes ao mesmo tempo.
- d. Não se trata de um “*currículo mínimo*”: aquele no qual apenas alguns conteúdos são pinçados e considerados relevantes, normalmente sem uma ampla discussão.
- e. Não é só uma adaptação/adequação do que não poderá ser trabalhado (ou seja, o currículo precisa superar essa visão meramente como uma grade conteudista).
- f. Priorizar uma proposta pedagógica que não cause mais sofrimento do que houve esse ano.
- g. Contar com a colaboração de todos os sujeitos implicados com a prática pedagógica. Isso inclui, sobretudo, as famílias de nossos estudantes.

- h. Uma boa saída é o chamado “trabalho pro projetos”, por temas, por eixos (integradores/estruturantes) e transversais.
- i. Investir em mídias e tecnologias (desde que o acesso seja de 100% dos usuários) que a escola permaneça como um espaço democrático de acesso ao conhecimento.
- j. Enxugar matérias, temas, excesso de tarefas e otimizar tempo, espaço, conteúdo e forma.

Entusiastas e novamente ESPERANÇOSOS – mesmo sabendo que o mundo não será o mesmo – e sensibilizados com as perdas humanas, que são irreparáveis, acreditamos estar contribuindo, por meio desses pequenos escritos, com aquilo que somos acostumados a buscar e a defender rotineiramente em nossos espaços de atuação: a emancipação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo foi apresentar os elementos centrais que sustentam o que denominamos de “currículo de transição”: esforço coletivo para elaborar novos programas curriculares e fugir do chamado “currículo mínimo”; apontar novas metodologias de trabalho que considerem o cenário pós-pandêmico e apostar na riqueza local específica de cada instituição de ensino desse país, comprometida em promover uma educação emancipatória, de preferência garantindo os “direitos de aprendizagem”, mesmo com um ano/semestre letivos mais curtos, com relação à carga horária, e obviamente, num contexto que já se chama de “novo normal”, onde até a forma como as pessoas se comportam socialmente, vai influenciar na maneira como a saúde mental, biológica e social da sociedade se comportará.

A opção por trazer a discussão do cenário pós-pandemia, a partir do campo político do currículo, se deu, pura e simplesmente porque é do mesmo, onde se emanam as noções de didática e avaliação, componentes da organização do trabalho pedagógico que são o sustento de toda e qualquer proposta pedagógica.

Não temos a pretensão de encerrar o debate por aqui, muito menos de simplificar e/ou didatizar as inúmeras possibilidades de retorno às nossas atividades pedagógicas, mais uma vez demarcamos, que é pela mobilização coletiva de um currículo democrático que conseguiremos a emancipação dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

DAL ROSSO, S. **Mais Trabalho!** A intensidade do labor na sociedade contemporânea. São Paulo : Boitempo, 2008.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Currículo:** uma reflexão sobre a prática: Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Francisco Thiago. **Pátria amada, Brasil:** ufanismo e intromissão burocrática na educação brasileira contemporânea. Revista de Educação ANEC, v. 45, 2019.

SMITH, Corinne **Dificuldades de aprendizagem de A a Z :** um guia completo para pais e educadores [recurso eletrônico] / Corinne Smith, Lisa Strick ; tradução Dayse Batista. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2007.

MARX, Karl. **As Lutas de Classes na França.** São Paulo, Global, 1986.

Recebido: 25 de maio de 2020. Aceito: 5/6/2020.

Sobre o autor e contato:

Prof. Dr. Francisco Thiago Silva

Prof. Adjunto da Faculdade de Educação - UnB

Departamento de Métodos e Técnicas - MTC

Coordenador do Estágio Supervisionado FE/UnB

Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação / Mestrado - Modalidade

Profissional - PPGEMP

Líder do Grupo de Pesquisas: "Currículo e Processo Formativo: inovação e interdisciplinaridade"

Link lattes: <http://lattes.cnpq.br/1498719376426045>

ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0002-6998-2757>

55-61-999655913

E-mail: francisco.thiago@unb.br